

## **Relações cívico-militares e participação do Brasil em operações de paz: a participação brasileira na MINUSTAH**

**Aluno: Thiago Gouvêa Scot de Arruda**

**Orientador: Kai Michael Kenkel**

### **Introdução**

A Constituição Brasileira de 1988 marca o início do processo de transformação das relações cívico-militares no Brasil, após mais de duas décadas de ditadura militar. A Constituição de 1988, as Políticas de Defesa Nacional de 1996 e 2005 e a criação do Ministério da Defesa, em 1999, são marcos da construção de um controle institucionalizado da sociedade civil sobre a atuação das Forças Armadas Brasileiras. Contudo, analistas argumentam que a estrutura da educação militar, com a predominância da Escola Superior de Guerra como fonte da ideologia militar para os militares enquanto instituição (Stepan, 1988), impediu, de certa forma, que o controle institucional sobre os militares transforma-se em um controle sobre o discurso da segurança nacional. Este teria permanecido sobre dominância dos círculos militares e, com isso, impedido o efetivo controle civil sobre os militares, o que pode ser percebido como “uma falha da parte dos formuladores de políticas civis em neutralizar a dominância discursiva do estabelecimento militar e uma ausência de expertise da sociedade civil em questões de defesa” (Kenkel, 2006:16).

O presente artigo pretende avaliar o impacto da utilização das Forças Armadas Brasileiras em tarefas de segurança pública interna sobre a dominância discursiva do *establishment* militar e questões de Defesa. Como aponta Pion-Berlin (2001), a utilização das forças armadas em tarefas internas e de escopo ampliado – não estritamente militar, tais quais desenvolvimento, saúde, etc. – não significa, necessariamente, menor controle civil sobre os militares. Antes, afirma o autor, as Forças Armadas latino-americanos têm, por tradição, uma ampla tradição de suportar o Estado em tarefas de desenvolvimento interno nas quais possuam expertise – veja-se, por exemplo, a atuação do Exército Brasileiro na Amazônia e na construção de infra-estrutura em áreas isoladas do país. Desta forma, a utilização das Forças Armadas em tarefas de escopo ampliada não significa, *a priori*, uma deterioração do controle civil sobre os militares no país.

Para avaliar o impacto da utilização das Forças Armadas em tarefas de escopo ampliado e o controle sobre o discurso da segurança nacional, será fundamental avaliar a atuação do Exército Brasileiro na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). A atuação brasileira no Haiti marcou um rompimento da política externa brasileira, até então caracterizada pela não participação em Missões de Paz estabelecidos sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Característica das chamadas Missões de <sup>a</sup> Geração, a MINUSTAH possui mandato extremamente amplo, com tarefas que incluem realização de eleições, Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), garantia de Direitos Humanos e exercício de facto da soberania no campo. Além disso, a evocação do capítulo VII deu às tropas da MINUSTAH um mandato militar robusto, que permitia a utilização de força para a execução do mandato da Operação. A conjugação de tais fatores – realização de tarefas amplas e uso robusto da força – levou as Forças Armadas Brasileiras a uma atuação no campo muito próxima àquela advogada por aqueles que defendem a utilização dos militares em tarefas de segurança pública no Brasil. Tal fato abriu espaço a amplo debate acerca da viabilidade, constitucionalidade e desejabilidade de se utilizar as Forças Armadas em tarefas de Segurança Pública.

Tendo este contexto como pano de fundo, pretendo avaliar a correção da seguinte hipótese: *Se as Forças Armadas são utilizadas em Operações de Paz complexas, com tarefas amplas e uso robusto da força, então aumenta o controle civil sobre os militares, em função da socialização tanto das Forças Armadas quanto da sociedade civil no conjunto de normas estabelecidas pela ONU, permitindo assim maior controle dos civis sobre a gramática da segurança.*

Tal hipótese está calcada em proposições como de Checkel e Gheciu, que compreendem socialização como a introdução de atores às normas e regras de determinada comunidade. A socialização é bem sucedida quando o ator socializador consegue que o ator socializante internalize suas normas e regras, num processo de constituição de interesses e identidades deste. Desta forma, proponho que a participação das Forças Armadas em operações de paz complexas, cujas tarefas seriam consideradas de escopo ampliado no âmbito interna, socializa tanto a sociedade civil nacional quanto as próprias FAs nas normas de atuação da ONU, permitindo um maior controle dos civis sobre a gramática da segurança nacional.

## **Marco Teórico**

O presente estudo utiliza-se do marco teórico construtivista, embasando-se, sobretudo, nas proposições de Gheciu e Checkel acerca da importância da socialização dos atores. O construtivismo não rejeita a importância da materialidade na compreensão da realidade social, mas antes avança que materialidade, idéias e discursos possuem importância fundamental (Gheciu, 2005). Além disso, a abordagem construtivista busca compreender interrelação entre agentes e estrutura, rejeitando tanto concepções “reducionistas” da realidade, cujo único enfoque são os agentes, quanto “estruturalismos” que retiram a agência das unidades e colocam a estrutura como definidores de suas características e ações (Wendt, 1987).

Especificamente, irei utilizar-me da concepção de Checkel e Gheciu sobre socialização de atores em estruturas de normas e padrões. Ao avaliar o impacto da entrada dos exércitos nacionais dos países do Leste Europeu na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Gheciu (2005) afirma ser insuficiente a abordagem instrumental/racionalista de socialização destes países, segundo a qual a entrada na OTAN e aceitação das normas de profissionalismo ocidentais seriam apenas instrumentos para a busca de interesses pré-definidos, sobretudo da segurança. Para a autora, a socialização em questão se deu em nível constitutivo, ou seja, alterou identidade e interesses dos atores envolvidos, o que pode ser avaliado por meio na nova auto-percepção e da interação entre estes países e os demais, após a entrada na OTAN. (Gheciu, 2005, p.977-979).

Para Gheciu, o principal instrumento de socialização utilizado pela OTAN em relação aos novos países foram “ensino e persuasão”. Nas palavras da autora,

“(the) establishment of shared intersubjective interpretations of the world, and definitions of proper modes of behavior vis-à-vis particular subjects/objects in the world, is the result of socialization processes involving the dissemination of a particular set of conceptual categories and behavioral dispositions -in Bourdieu’s terminology, a habitus!, which shape the ways in which people think about—and act in—the world

Em relação à persuasão, prossegue Gheciu,

“Recent constructivist analyses have shown that persuasion is more successful when the parties involved act within the framework of a Habermasian “common lifeworld,” consisting of collective interpretations of the world and a common system of rules perceived as legitimate” (Gheciu, 2005, p.979)

Desta forma, podemos afirmar que o processo de socialização dá-se por meio da construção de uma visão comum de mundo, pautada em normas e regras compartilhadas. Quando determinado ator tem sucesso em “construir” a identidade de outro ator à luz de determinadas normas, regras e interpretação da realidade, afirma-se que o processo de socialização foi bem-sucedido.

A questão de avaliar o êxito do processo de socialização, entretanto, passa pela metodologia de avaliação desta socialização. Como perceber que identidade ou interesses de determinados atores transformaram-se? De que forma avaliar na realidade a existência de tais transformações? Para tal, utilizaremos neste artigo a metodologia de análise de discursos, como proposta por Milliken (1999).

Adotando arcabouço construtivista, e considerando que a realidade social é significativa para o analista não apenas como um fenômeno em si, mas sobretudo a partir das interpretações e significados que são a ela associados, e que constroem discursos e políticas, o discurso passa a ser central para a análise, uma vez que é através dele que compreendemos a construção intersubjetiva da realidade social. No caso analisado, a análise dos discursos de diferentes atores, através de entrevistas, documentos oficiais e declarações públicas nos permitirá compreender a construção das relações cívico-militares no Brasil, e de que maneira a utilização dos militares em atividades de escopo expandido nas Operações de Paz impacta na dominância discursiva sobre o tema de segurança nacional.

Milliken destaca que a análise do discurso “deve estar baseada em uma série de textos/declarações de escritores/oradores autorizados a falar pelo discurso dominante ou a pensar discursos alternativos” (Milliken, 1999, p.233). Desta forma, pretendo, neste artigo, avaliar uma ampla gama de documentos oficiais e declarações públicas de atores militares e civis – representantes do Governo, das Forças Armadas e de Organizações Não-Governamentais relevantes para o assunto - , para tentar avaliar o impacto da presença militar do Brasil na MINUSTAH e de sua utilização em atividades de escopo expandido e internas para o controle civil sobre o discurso da segurança. Tendo como hipótese a correlação positiva entre participação em

atividades de escopo expandido e controle cívico-militar, a análise do discurso dos atores supracitados irá permitir corroborar ou refutar esta proposição.

### **Histórico das Operações de Paz Multidimensionais**

O fim da Guerra Fria marcou uma forte transformação não apenas para as Operações de Paz, mas para as Nações Unidas como um todo. O fim do conflito bipolar abriu espaço para uma atuação mais ampla da Organização das Nações Unidas e fez explodir sua participação em lidando com situações de conflito (ver, por exemplo, Freire & Lopes, 2009; Rana, 2004). O então Secretário-Geral das Nações Unidas, Koffi Anna, escreveu em 1995, em sua “Agenda para a Paz”, que

“There have been dramatic changes in both the volume and the nature of the United Nations activities in the field of peace and security. New and more comprehensive concepts to guide those activities, and their links with development work, are emerging. Old concepts are being modified. There have been successes and there have been failures. The Organization has attracted intense media interest, often laudatory, more often critical, and all too often focused on only one or two of the many peace-keeping operations in which it is engaged, overshadowing other major operations and its vast effort in the economic, social and other fields” (UN, 1995)

A descrição de Annan da atuação da ONU em missões de paz reflete, ao mesmo tempo, o caráter destas operações naquele então e diretrizes para o que seriam as operações na década seguinte. Com os fracassos estrondosos das missões da Bósnia, Somália e Ruanda, a sociedade internacional refletiria profundamente sobre as principais diretrizes das operações de paz e, a partir de então, surgem as chamadas operações de paz de 3ª geração, com mandato mais claro na questão do uso da força sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

Conflitos como do Kosovo e do Timor Leste fizeram com que missões de paz da ONU tivesse que assumir, *de facto*, a administração da soberania no país, através da Administrações Transitórias. Dessa maneira, consideradas Operações de 4ª Geração, tais administrações incluem componentes civis e militares realizando tarefas as mais abrangentes.

Desta maneira, podemos perceber que no pós-Guerra Fria as tarefas das operações de paz das Nações Unidas ganham, paulatinamente, caráter cada vez mais amplo, com maior participação tanto do componente civil quanto militar. Neste sentido, diretrizes para cooperação cívico-militares em tarefas complexas como tais missões de reconstrução da paz fizeram-se essenciais.

### **Relações cívico-militares em operações de paz**

Como nos afirma De Coning (2006), o conceito de cooperação cívico-militar é disputado, tendo concepções ligeiramente diferentes na UE e OTAN (CIMIC – *Civil-Military Cooperation*), Estados Unidos (CMO – *Civil-Military Operations*) e ONU (CMCoord – *Civil Military Coordination*). No contexto das missões de reconstrução de paz das Nações Unidas, podemos compreender relações cívico-militares como a interação que ocorre em operações nas quais “a unidade militar é desdobrada como parte integrante de uma operação civil—militar de reconstrução da paz sob direção geral de civis” (De Coning, 2006, 99).

Dentro da estrutura da ONU, o principal órgão responsável por elaborar e coordenar ações de cooperação civil-militar é o Escritório para Coordenação de Questões Humanitárias (OCHA – *Office for Coordination of Humanitarian Affairs*). São delas os principais documentos e diretrizes que abordam a questão da cooperação cívico militar em operações de reconstrução da paz, a saber: ‘*Guidelines on the use of Military and Civil Defence Assets in Disaster Relief*’, também denominada *Oslo Guidelines*, de 1994; “*Use of Military or Armed Escorts for Humanitarian Convoys*”, de 2001; “*Guidelines on the Use of Military and Civil Defence Assets to Support United Nations Humanitarian Activities in Complex Emergencies*”, de 2003; e finalmente “*United Nations Civil-Military Coordination Officer Field Handbook*”, de 2008, que especifica diretrizes para atuação de Oficiais de Coordenação Cívico-Militar durante operações de paz.

Para fins de definição, o último documento supracitado assim especifica o que seria CMCoord:

“The essential dialogue and interaction between civilian and military actors in humanitarian emergencies that is necessary to protect and promote humanitarian principles, avoid competition, minimize inconsistency,

and when appropriate pursue common goals. Basic strategies range from coexistence to cooperation. Coordination is a shared responsibility facilitated by liaison and common training.” (OCHA, 2008)

Em operações multidimensionais como o são as chamadas operações de paz de 3ª e 4ª gerações, portanto, as relações cívico-militares tornam-se parte fundamental do planejamento para sucesso das mesmas – o que é ressaltado pela quantidade de diretrizes produzida pela ONU desde o fim da Guerra Fria, a fim de responder às necessidades que afloravam da prática da reconstrução de sociedades pós conflito. Da interação entre unidades militares, organizações internacionais, agências humanitárias e ONGs, logo, surge a necessidade de um quadro compreensivo para balizar tal relacionamento no campo.

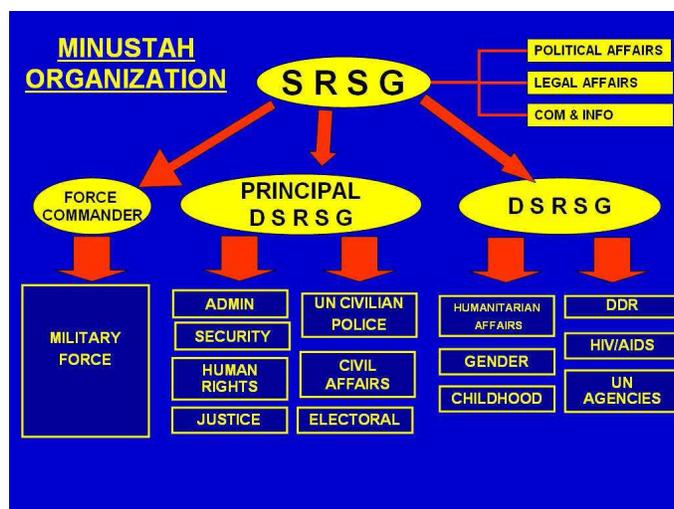
Com vistas a esclarecer a realidade deste relacionamento em operações complexas, passo agora a uma breve descrição da MINUSTAH, operação de reconstrução da paz presente no Haiti desde 2004.

### **MINUSTAH – Mandato e Relações cívico-militares**

A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi estabelecida por votação unânime do Conselho de Segurança da ONU, em 2004, por meio da Resolução 1542. A intervenção do Conselho de Segurança na questão haitiana segue-se aos violentos conflitos de fevereiro de 2004 que culminaram na renúncia do então presidente, Jean Bertrand Aristide, e do rompimento da ordem constitucional do país.

Agindo sob o capítulo VII da Carta da ONU – ou seja, podendo utilizar-se de meios violentos para cumprir seu mandato -, a MINUSTAH possuía ampla gama de objetivos, dentre eles realizar programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), garantia da estabilidade do Governo de Transição, apoio ao processo político e monitoramento de Direitos Humanos.

Como exposto por Chagas (2009), a MINUSTAH tinha, portanto, três tarefas principais: garantia de ambiente seguro, contribuição com reconciliação e andamento do processo político; e promoção dos Direitos Humanos. Estas três tarefas desdobravam-se, organizacionalmente, em três braços da missão, dois civis e um militar (gráfico 1).



Fonte: Chagas (2009)

Fica claro, portanto, pela amplitude do mandato da MINUSTAH, que um quadro compreensivo de coordenação cívico militar era essencial ao sucesso da missão. A MINUSTAH possuía todas as características de uma missão de reconstrução da paz – tarefas de desarmamento, monitoramento de Direitos Humanos, restauração do processo político – e, portanto, exigia cooperação próxima entre componentes civis e militares.

Quanto ao braço militar da organização, coube às Forças Armadas brasileiras liderar a força militar. Desde a escolha do General Augusto Heleno Ribeiro Pereira para o posto de primeiro *Force Commander* da MINUSTAH, em junho de 2004, o país sempre teve o posto de liderança do braço militar da missão<sup>1</sup>, além de contar com o maior contingente de tropas em campo e liderar missões nas áreas mais sensíveis e estratégicas.

Quanto aos braços civis da missão, fica evidente quando se avaliam seus objetivos, relacionados aos Direitos Humanos, saúde e desarmamento, que sua atuação necessita de cooperação tanto com agências da ONU – como a FAO, PNUD e UNESCO – quanto com Organizações Não Governamentais, como Médicos Sem Fronteiras, Comitê Internacional da Cruz Vermelha e Viva Rio.

Como nos narra Chagas (2009), o início das operações da MINUSTAH foi marcada por frustrações e insucessos em campo. A falta de uma compreensão clara das facções políticas e militares do Haiti; a demora no desdobramento dos soldados,

<sup>1</sup> À exceção de curto período em janeiro de 2006, quando o *Force Commander* interino foi o chileno Eduardo Herman.

na transição da Força Interina Multinacional do Haiti (MIF-H) para a MINUSTAH; e a própria necessidade de se estabelecerem regras de engajamento claras sob o mandato dado à missão pelo Conselho de Segurança fez com que a imagem da MINUSTAH fosse arranhada nos primeiros meses da operação. No entanto, com o passar dos meses os objetivos e táticas aplicadas pela força no campo foram evoluindo, e Chagas afirma que, do final de 2005 ao início de 2007, a situação se reverteu, atingindo o país um nível de segurança que permitiu a consecução de outra parte do mandato da missão: as eleições presidenciais de 2006, nas quais René Preval foi eleito Presidente do Haiti (Chagas, 2009, p.10).

Esta divisão analítica, entre a fase de imposição da paz (*peace enforcement*) – que vai, grosso modo, da criação da MINUSTAH em junho de 2004 até a eleição de Preval, em maio de 2006 – e fase de construção da paz (*peace building*) – na qual tarefas relacionadas à promoção de desenvolvimento, mesmo que não diretamente realizadas pela missão, mas em cooperação com esta – ajuda-nos a compreender as diferentes faces da cooperação civil-militar da MINUSTAH. Se desde o início da missão operações de escolta a comboios humanitários, por exemplo, fizeram parte das tarefas da MINUSTAH, é sobretudo a partir da imposição da paz e garantia da segurança que organizações internacionais iriam tomar liderança da promoção do desenvolvimento no Haiti.

### **Relações Cívico-Militares na MINUSTAH**

Como anteriormente já afirmado, a participação de tropas das Forças Armadas Brasileiras no Haiti marca um rompimento na política externa brasileira: até aquele momento, a participação de tropas brasileiras em missões de paz estava restrita a missões sob mandato do capítulo VI da Carta da ONU, ou seja, missões que não envolvem imposição da paz e uso de força violenta<sup>2</sup>. Na MINUSTAH, portanto, as Forças Armadas Brasileiras não apenas compunham o maior contingente da operação, como também era responsabilidade brasileira a liderança do braço militar da missão, sendo o *Force Commander* um brasileiro.

---

<sup>2</sup> Como nos aponta Chagas (2009), o Brasil havia participado da UNTAET, missão de administração transitória no Timor Leste, sob capítulo VII da Carta da ONU. No entanto, a participação foi numericamente limitada e bastante específica, não configurando, nas palavras do autor, “oportunidade de benefício da experiência” (Chagas, 2009, nota 19).

A importância da MINUSTAH para compreendermos o processo de aprendizado das Forças Armadas Brasileiras em operações de paz, portanto, encontra-se na centralidade da atuação dos militares brasileiros em operação multidimensional, cuja mandato lhe permitia o uso da força para imposição da paz e lhe exigia tarefas eminentemente civis, como a observação de direitos humanos e apoio ao processo político democrático. Como afirma Chagas

“This participation was not limited to the employment of the military force. Actually, it influenced the very character of the mission and its relationship with external counterparts, such as (...), representatives of the international community in the country, and many other international and national organizations in Haiti.” (Chagas, 2009)

Isto significa que a participação brasileira na MINUSTAH impôs às Forças Armadas brasileiras a necessidade de trabalhar junto com organizações da sociedade civil sob o manto das diretrizes de relações cívico-militares da ONU (CMCoord).

O Capitão de Fragata Renato Rangel Ferreira, Comandante do X Grupamento de Fuzileiros Navais no Haiti, afirma que, pela perspectiva militar, a principal contribuição da participação na MINUSTAH, no que tange às relações com os civis, deu-se no campo técnico:

“[mudança nas relações cívico-militares] está no sentido da mútua percepção das possibilidades e limitações desta parceria de nossa parte. (...) o que está se cristalizando é a forma de se planejar, coordenar e executar trabalhos com civis, ou muitas vezes, para civis apenas (isto é, trabalhos civis para a população, sem intermediação de nenhuma agência civil).” (Ferreira, 2009)

Para o Comandante, a principal mudança ocorrida no Haiti é uma nova percepção dos civis sobre a atuação dos militares, no sentido de que está sendo criada uma percepção das possibilidades proporcionados pela cooperação cívico-militar – é interessante notar, entretanto, que esta interação no nível tático, no campo, ainda é muito limitada no campo político, ou seja, ela não se transfere do nível tático para o nível político de forma suave.

O Comandante Renato também reflete a percepção, recorrente nas Forças Armadas, de que existe uma falta de compreensão, por parte da sociedade civil, acerca da atuação dos militares.

“Diria que é uma pena que esta mudança de percepção, do civil para com o militar, esteja ocorrendo tão longe das vistas da sociedade brasileira. Não estivéssemos tão distantes e ocultos, talvez este enorme esforço diário e silencioso pudesse contribuir para mudar a, muitas vezes, preconceituosa visão sobre nossas atividades e mentalidade” (Ferreira, 2009)

Neste mesmo sentido, Chagas destaca a MINUSTAH como uma operação especial, visto que significa

“(…) an unparalleled degree of commitment and cooperation among defense and foreign affairs governmental agencies, as well as with some non-governmental ones. This successful formula of “Brazilian Way of Peacekeeping”, especially the global commitment of governmental (civilian and military) and non-governmental organizations, should be considered and studied as a basis for any future involvement of the country in peacekeeping operations”. (Chagas, 2009, 17)

A impressão de que as relações cívico-militares no Haiti impactam a percepção interna dos militares não fica limitada às Forças Armadas. Rubem César Fernandes, diretor-executivo do Viva-Rio, ONG carioca que atua desde 2004 – e com maior relevância, desde 2007 – no Haiti, afirma em entrevista

“Onde o Haiti se apresenta como um laboratório para nós é na criação de conceitos-chave. A dificuldade é colocar em prática. Por exemplo, a estratégia progressiva de ocupação e desenvolvimento. Como foi no bairro de Bel Air, depois em Cité Militaire e, por último, em Cité Soleil. Cada passo foi uma progressiva ocupação” (Fernandes, 2008)

Quanto à participação do Exército em tarefas de segurança pública interna, Filho é cuidadoso, afirmando que a situação do Rio é especial e que outras ações de cunho humanitário, para além da força militar, seriam fundamentais.

“Só entrar o Exército não vai resolver, mas isso poderia alimentar um sentimento de mudança, porque, hoje, ninguém acredita que algo vai mudar” (Fernandes, 2008).

Podemos, portanto, perceber que os discursos supracitados realçam a importância da atuação das Forças Armadas Brasileiras para as relações cívico-militares no país. Como nos afirma Milliken, é através dos discursos de agentes autorizados – neste caso, membros das Forças Armadas e de organizações significativas da sociedade civil – que compreendemos como indivíduos dão sentido e interpretam a realidade social. Se a presença destes atores - tanto civis quanto militares - em operações de paz multidimensionais que exigem forte interação entre componentes civil e militar os faz refletir e reinterpretar a importância de determinadas práticas de interação cívico-militar, podemos afirmar que há um processo de aprendizado em curso.

Assim como Gheciu nos afirma que na entrada de tropas de países do Leste Europeu na OTAN houve um processo de aprendizado que determina alterações na identidade e interesse destes, no caso do Haiti podemos, de forma preliminar, afirmar que o fenômeno de interação entre civis e militares vêm impondo a estes atores a reavaliação de suas crenças e perspectivas sobre a interação cívico militar. A participação de tropas brasileiras em operações multidimensionais, portanto, teria efeito tanto sobre civis quanto militares no que tange à interpretação das normas de relação cívico-militar.

Outro ponto que complementa esta análise é o fato de que, como afirmam diversos autores, a utilização das Forças Armadas Brasileiras em tarefas de cunho interno é uma constante na história do país (Stepan, 1988; Kenkel, 2006). Historicamente, o Exército brasileiro possui destacado papel tanto em situações de emergência quanto na condução da vida política nacional. Ferreira, por exemplo, afirma que

“Forças Armadas têm um histórico de peso no apoio à população civil, seja nos momentos de crise e catástrofes, seja nos silenciosos trabalhos dos Batalhões de Engenharia” (Ferreira, 2009)

Portanto, a atuação do Exército em tarefas de escopo interno não é uma novidade na vida política brasileira. Contudo, como exposto anteriormente, é reconhecido que o discurso da segurança é um quase monopólio das Forças Armadas, sendo a sociedade civil amplamente alienada deste debate e, portanto enfraquecendo o controle cívico-militar.

“Civil society (...) lacks the information and technical structures to be active in defense issues; this is similarly true of civilian defense policymakers. The military, on the other hand, while claiming a monopoly on competence on military issues, are alienated from effective debate by an inability to deal with such questions except in strictly "technico-professional" terms. Uniformed planners thus lack an informed perspective as to the political consequences of military decision-making” (Proença Júnior, 2001 *apud* Kenkel, 2006)

É possível, desta forma, concluir que a participação das Forças Armadas Brasileiras e de segmentos da sociedade civil em operações de paz multidimensionais colaboram com o controle cívico-militar ao engajar segmentos da sociedade civil no debate sobre defesa e, portanto, multiplicar o número de atores com acesso ao discurso da segurança.

### **Conclusão**

Ao longo deste trabalho, avaliei a hipótese de que a atuação das Forças Armadas em operações de paz complexas amplia o controle civil sobre o corpo militar, uma vez que a interação entre unidades militares e civis socializa ambos os grupos em diretrizes de relações cívico-militares e amplia os atores envolvidos na gramática da segurança.

Utilizando-me do arcabouço de análise de discursos, busquei compreender, por meio de entrevistas e declarações públicas, como atores relevantes compreendem as relações cívico-militares no contexto da atuação brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e de que forma isto se manifesta ou influencia as relações cívico-militares no âmbito doméstico.

Concluo, portanto, corroborando a hipótese inicial, uma vez que podemos perceber que a participação em missões como esta tem influência sobre a socialização dos atores em relação às relações cívico-militares e, portanto, sobre a gramática da segurança.

## Bibliografia

- CHAGAS, Carlos. “MINUSTAH’s success in improving the security environment in Haiti and the “Brazilian way of Peacekeeping”: a view from the field.”. Paper apresentado na conferência ISA – ABRI (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2009
- DE CONING, Cedric “Civil-Military Coordination and UN Peacebuilding Operations”. In: *African Journal on Conflict Resolution*, Vol. 5, nº 2, 2005
- FERNANDES, Rubens Cesar. Entrevista a Aloísio Milani. Disponível em <<http://aloisioMilani.wordpress.com/2008/03/23/haiti-laboratorio-para-a-estrategia-militar/>>. Acesso em 01 jul. 2009.
- FERREIRA, Renato Rangel. Entrevista concedida por e-mail em 12 jul. 2009.
- FREIRE, Maria Raquel; Lopes, Paula. “International Security and the Institutionalization of Peacekeeping: Perils and Prospects”. Paper apresentado na conferência ISA – ABRI (PUC-Rio). Rio de Janeiro, 2009
- GHECIU, Alexandra. “Security Institutions as agents of socialization? NATO and the New Europe”. In.: *International Organization*, Vol.59, pp. 973-1012, 2005
- KENKEL, Kai Michael. “Language Matters: Security Discourse and Civil-Military Relations in Brazil”. In: *Journal of Political & Military Sociology*, Vol. 34, p. 211-236, 2006.
- MILLIKEN, Jennifer. “The study of discourse in International Relations: A critique of research and methods”. In.: *European Journal of International Relations*. Vol. 5, nº 2, pp. 225-254, 1999.
- OCHA. “United Nations Civil-Military Coordination Officer Field Handbook”. Genebra: United Nations, 2008.
- PION-BERLIN, David; ARCENEUX, Craig. Decision-Makers or Decision-Takers ? Military Missions and Civilian Control in Democratic South America. In.: *Armed Forces and Society*. Vo. 26, nº3, pp. 413-436, 2000.
- RANA, Raj. “Contemporary challenges in the civil-military relationship: Complementarity or incompatibility?”. In: *International Review of the Red Cross*, Vol. 86, nº 855, 2004.

STEPAN, Alfred. **Rethinking Military Politics**: Brazil and the Southern Cone. Princeton: Princeton University Press, 1988.

WENDT, Alexander. "The Agent-Structure Problem in International Relations Theory". In: *International Organization*, Vol. 41, nº 3, pp. 335-370, 1987.